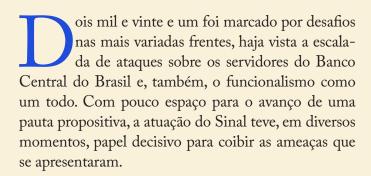
PLURAL EXPRESSO

[TRABALHO]

Atuação do Sinal garantiu êxito da luta contra Decreto 10.620/2021 e PEC 32/2020 em 2021

Matérias seguem na pauta do Sindicato em 2022, juntamente a acordo dos 28,86%, reajuste salarial e melhorias no PASBC





Postergação estratégica

Exemplo de matéria que causou apreensão no corpo funcional da Autarquia desde seu nascedouro, em face das incertezas geradas, foi o Decreto 10.620/2021. Editado no início de fevereiro, o dispositivo centraliza as atividades de concessão e manutenção de aposentadorias e pensões dos servidores federais. No caso do BC, tais atividades, conforme dispõe o normativo, ficarão sob responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O Sindicato, de pronto, buscou interlocução com o Banco Central e com o Ministério da Economia. Em interlocução com a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP), vinculada à pasta da Economia, os representantes da Diretoria Executiva Nacional do



Sinal solicitaram que, caso não fosse possível, num primeiro momento, afastar os efeitos da medida, que, ao menos, a transferência de competências no BC fosse postergada ao máximo.

As conversas com a SGP surtiram efeito. Quando da edição da Portaria do INSS que regulamenta o cronograma de centralização, o Banco Central ficou no fim da fila das entidades que farão o processo de transição, com as tratativas junto ao Instituto - anteriormente previstas para 2021 - marcadas para setembro de 2022.

A dilação do prazo dá ao Sindicato mais tempo para intensificar os diálogos com a Administração do BC e as outras instâncias decisórias dos Poderes, com vistas a impedir que o Decreto 10.620/2021 produza efeitos sobre o corpo funcional da Casa.

A luta contra o regramento se dá também no Poder Judiciário. No último dia 2 de dezembro, o Sinal e as demais entidades do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) ingressaram como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6767, que contesta o Decreto junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O Fórum seguirá acompanhando os desdobramentos do tema na Suprema Corte. Vale destacar, ainda, que o Sindicato está pronto a atuar no Judiciário em 2022, especificamente em defesa dos servidores do

[TRABALHO]

Banco Central, caso as tratativas de âmbito administrativo não surtam o efeito esperado.



Em defesa do serviço público

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 começou o ano dando indícios de que teria números finais ainda em meados de 2021. Apesar da frustração inicial de cronograma, a base aliada ao governo na Câmara dos Deputados conseguiu, após manobras que envolveram até a troca de membros titulares da Comissão Especial da Casa, encaminhar a matéria ao Plenário, em setembro.

Todavia, o segundo semestre foi marcado também pela intensificação das mobilizações do conjunto do serviço público contra a PEC 32/2020. Em face das persistentes inconsistências do texto, não restou opção às representações da classe que não a luta pela derrubada da proposta.

A agenda de mobilizações nos aeroportos, nas redes sociais e na Câmara ganhou corpo e impediu que a matéria fosse votada em Plenário. Além do Fonacate, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público e o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), instâncias das quais o Sindicato também participa, reforçaram as manifestações.

Para celebrar o resultado da mobilização unificada contra a reforma administrativa em 2021, diversas entidades representativas promoveram um enterro simbólico da PEC 32/2020 no dia 15 de dezembro, em frente ao Anexo II da Câmara. "Podemos voltar a ter



esperança. Esperança na luta dos trabalhadores", afirmou o diretor de Relações Externas do Sinal, Francisco Tancredi, durante o ato público.

"Primeiro, nós atrasamos o envio do texto à Câmara; depois seguramos a proposta nas Comissões e convencemos a opinião pública de que o projeto era muito ruim para o Brasil, para os cidadãos e para os servidores; e, por fim, construímos um movimento em que todos - profissionais da saúde, segurança pública e diversas outras áreas - deram as mãos em defesa no serviço público. Estamos felizes", destacou o coordenador da Servir Brasil, deputado Professor Israel Batista (PV/DF).

Mais vantagens



Ao longo de 2021 o Sinal também ampliou sua oferta de convênios nacionais. A rede de farmácias São Paulo/Pacheco, o grupo educacional Ânima, o Instituto Mackenzie e a escola de língua inglesa União Cultural são algumas das parcerias firmadas no segundo semestre.

E a partir de janeiro de 2022 os filiados poderão desfrutar da parceria entre o Sinal e o Marktclub, maior clube de vantagens da América Latina. Mais informações sobre estes e outros convênios em sinal.org.br.

Perspectivas



A atenção aos desdobramentos do Decreto 10.620/2021, a vigilância à PEC 32/2020, a luta pela abertura de uma mesa negocial em relação aos 28,86%, a busca pelo reajuste salarial (saiba mais na página 3) e o trabalho contínuo pelo aprimoramento do Programa de Assistência Saúde dos Servidores do Banco Central (PASBC) são temas que seguem na pauta do Sinal em 2022.

Para mais notícias sobre estes e outros temas, acesse nosso site.

SINAL PLURAL EXPRESSO nº 1

SINAL intensifica mobilização em prol da recomposição remuneratória para servidores do BC

Sinal intensificou a mobilização em prol da recomposição salarial dos servidores do Banco Central do Brasil, que sofrem com a corrosão provocada por mais de onze anos de arrocho. A pauta será prioridade neste primeiro semestre de 2022.

O Sindicato já vem buscando tratativas com a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia e com o Banco Central desde meados de 2021, quando da aprovação da pauta emergencial pelos servidores em assembleia. Nos últimos meses, o Sindicato atuou, também, junto à Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, mas, haja vista a ausência de respaldo da Administração do BC, como ocorreu em outros órgãos do Executivo, o Orçamento foi aprovado sem a previsão de reajuste para a categoria.

"Informamos que o Presidente Roberto Campos Neto, por encontrar-se no usufruto de recesso de fim de ano, não poderá atender à solicitação". Esta foi a resposta do BC à mais recente solicitação de audiência pelo Sindicato para tratar do reajuste, na segunda quinzena de dezembro.

A omissão do presidente da Autarquia em relação e estes e outros pleitos já havia sido alvo de mobilizações convocadas pelo Sinal em outubro,

novembro e dezembro, e a concessão de reajustes apenas para militares e servidores da segurança pública foi o estopim para o recrudescimento da luta. Além de se posicionar contra a falta de isonomia na política salarial do governo, o Sinal, em conjunto com o Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central (SinTBacen) e a Associação do Nacional dos Analistas do Banco Central (ANBCB), iniciou um movimento coordenado que terá desdobramentos em janeiro.

A mobilização ganhou repercussão na mídia. Diversos veículos, como Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e Correio Braziliense pautaram o tema. "O BC é um órgão essencial para a estabilidade econômica do país. Contudo, nos últimos anos, não houve, por parte do governo federal, o reconhecimento dessa importância na forma de melhorias remuneratórias", afirmou Fábio Faiad, presidente do Sinal, ao Correio.

Em nota enviada à imprensa, o Sindicato destacou, ainda, os impactos negativos de um tratamento o texto.

A insatisfação dos servidores, como informado em nota conjunta do Sinal, SinTBacen e ANBCB, ficou evidente com as mais de 800 adesões à lista de não-assunção de Funções Comissionadas, registradas nas primeiras 24h. "É motivo de orgulho de todos que estão participando desta coleta, que demonstra de forma inequívoca o alto grau de insatisfação dos membros da carreira de Especialista do Banco Central do Brasil com as já gastas promessas de reestruturação de carreira aventadas nos últimos anos", diz.

A atuação segue, a pressão ao presidente Campos Neto também. Com vistas ao encaminhamento da pauta, o Sindicato busca interlocução ainda com outras instâncias do governo e com o Parlamento. Acompanhe mais informações sobre o tema no Apito Brasil em nosso site (sinal.org.br).



NOVA TENTATIVA DE GOLPE

Golpistas estão entrando em contato com filiados ao Sinal, em nome do advogado Armando Guinezi, informando supostos valores a serem recebidos, derivados de processos judiciais, e pedindo depósitos prévios para a liberação da quantia. Fique atento. O Sindicato não solicita qualquer quantia antecipada. A orientação para o pagamento de honorários advocatícios somente se dá após o saque do valor referente à ação.

Não faça depósitos, transferências ou pagamento de boletos sob esta condição. Não forneça informações pessoais e não clique em links suspeitos recebidos por *e-mail*, *sms* ou *WhatsApp*.

Em caso de dúvidas, entre em contato: (61) 3322 8208 / WhatsApp (61) 98145 8400 /juridiconac@sinal.org.br.

JÁ BAIXOU O SINAL APP?

Já está disponível o Sinal App. Por meio da ferramenta você fica por dentro das principais notícias sobre a atuação do Sindicato, tem informações sobre o andamento de suas ações judiciais, consulta a rede de convênios nacional e local, pode alterar seus dados cadastrais, entre outros serviços.

O App possui versões para sistemas Android e iOS. Para baixar, acesse a loja de aplicativos de seu smartphone (*Google Play* ou *App Store*) e procure por "Sinal App". Após o download e a instalação, o filiado pode fazer *login*, com os mesmos dados de acesso já utilizados no Portal Sinal.

Se tiver dúvidas quanto à instalação e navegação, entre em contato conosco pelo e-mail **suporte@sinal.org.br**. Caso tenha sugestões de aprimoramento à ferramenta, envie mensagem para **mudarosinal@sinal.org.br**.



APOIO

"As Agências Reguladoras são dotadas de autonomia funcional para que não sofram influência ou pressões indesejadas e assim garantam a melhor produção técnica possível, sempre visando o interesse público, o bem estar do brasileiro", destaca trecho de nota pública divulgada em meados de dezembro pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do qual o Sinal faz parte, e outras entidades.

A publicação se deu após as críticas do presidente da República a respeito da aprovação para a utilização de vacinas Pfizer em crianças de cinco a onze anos.

No documento, os signatários ainda se colocaram à disposição daqueles que tivessem sido alvos "de qualquer tipo de ameaça ou intimidação, devido ao fiel cumprimento de sua missão funcional".

Leia a nota na íntegra em: https://bit.ly/32IrxQI

Os informativos e documentos citados nas matérias podem ser acessados na versão digital do Sinal Plural Expresso, disponível em nosso site (sinal.org.br), na aba "Publicações", ou pelo QR Code ao lado. Construa, junto conosco, este boletim. Envie comentários e sugestões de assuntos que você gostaria de ver aqui para sinalplural@sinal.org.br.





Use a câmera do seu smartphone para acessar.